

**ASSESPRO
RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA
LEGISLATIVO FEDERAL**

DE 18 A 22 DE SETEMBRO DE 2017

Atualizada em 22/09/2017 17:19

CÂMARA DOS DEPUTADOS**PLENÁRIO**

MPV 780/17, do Poder Executivo, que “Institui o Programa de Regularização de Débitos não Tributários junto às autarquias e fundações públicas federais e à Procuradoria-Geral Federal e dá outras providências”.
Prazo de vigência: 02/10/2017.

Relator: senador Wilder Moraes.

Relator-revisor: deputado Alfredo Kaefer.

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação desta com as alterações propostas pelo relator; pela aprovação das Emendas de nºs 2 e 3; e pela aprovação parcial das emendas de nºs 10, 22, 31, 33 e 39, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2017, adotado; e pela rejeição das Emendas de nºs 1, 4 a 9, 11 a 21, 23 a 28, 32, 34 a 37, 40 a 55. As Emendas de nºs 29, 30 e 38 foram retiradas.

Resultado: Aprovada. A matéria vai ao Senado Federal

MPV 783/17, do Poder Executivo, que institui o Programa Especial de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional”.

Relator: deputado Newton Cardoso Jr.

Parecer da Comissão Mista: pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação desta e das Emendas de nºs 6, 11 a 13, 16, 24, 28, 32, 41, 54, 67, 69, 76, 84, 86, 102, 106, 113, 115, 117, 133, 136, 139, 151, 153, 172, 175, 185, 187, 196, 205, 207, 211, 222, 242, 244, 256, 264, 265, 277, 280 e 305; pelo acolhimento parcial das Emendas de nºs 116, 129, 135, 137, 167, 195, 281 e 306, na forma Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2017, adotado; e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 5, 7 a 10, 14, 15, 17 a 23, 25 a 27, 29 a 31, 33 a 40, 42 a 53, 55 a 66, 68, 70 a 75, 77 a 83, 85, 87 a 90, 92 a 101, 103 a 105, 107 a 112, 114, 118 a 128, 130 a 132, 134, 138, 140 a 150, 152, 154 a 166, 168 a 171, 173, 174, 176 a 184, 186, 188 a 194, 197 a 204, 206, 208 a 210, 212 a 221, 223 a 241, 243, 245 a 255, 257 a 263, 266 a 276, 278, 279, 282 a 304, e 307 a 309. A emenda de nº 91 foi retirada pelo autor.

Resultado: Não deliberada.

PL 333/99, do deputado Antônio Kandir, que “Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial”.

CDC: parecer do deputado Paulo Lima, pela aprovação.

CDEICS: parecer do deputado Léo Alcântara, pela aprovação.

CCJC: parecer do deputado Paulo Magalhães, pela aprovação do substitutivo do Senado Federal.

Resultado: Não deliberado.

PL 1202/07, do deputado Carlos Zarattini, que “Disciplina a atividade de "lobby" e a atuação dos grupos de pressão ou de interesse e assemelhados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências”.

CTASP: do deputado Milton Monti, pela aprovação do projeto.

CCJC: da deputada Cristiane Brasil, pela constitucionalidade, com emendas, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação projeto e do PL 1961/15, apensado, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

REQ 3986/16, dos Líderes Partidários, que requer urgência para apreciação do **PL 1202/07**, do deputado Carlos Zarattini, que disciplina a atividade de "lobby" e a atuação dos grupos de pressão ou de interesse e assemelhados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências.
Resultado: Não deliberado.

REQ 4990/16, dos Líderes, que "Requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **PL 5130/16**, do deputado João Arruda, que acresce o inciso XIV ao Art. 7º, revoga os incisos III e IV do Art. 12 e dá nova redação ao § 6º do Art. 13 e ao § 4º do Art. 15 da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014" (propõe a exclusão da proibição ou da suspensão de atividades de provedores como forma de sanção).
Resultado: Não deliberado.

REQ 6344/17, dos Líderes, que "Requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **PL 6989/17**, do deputado Odorico Monteiro, que altera o Marco Civil da Internet, Lei nº12.965, de 23 de abril de 2014, para incluir procedimento de retirada de conteúdos que induzam, instiguem ou auxiliem a suicídio de aplicações de internet".
Resultado: Não deliberado.

REQ 6045/17, dos Líderes, que requer urgência para apreciação do **PL 4614/16**, da Sra. Luizianne Lins, que altera a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para acrescentar atribuição à Polícia Federal no que concerne à investigação de crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, ou seja, aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres.
Resultado: Não deliberado.

REQ 6356/17, dos Líderes, que "Requer urgência para apreciação do **PL 6917/17**, do deputado Aureo, que dispõe sobre a criação do Cartão Digital de Vacinação – CDV".
Resultado: Não deliberado.

Terça-feira (19/09)

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO – CDU

Audiência Pública – Tema: "Pessoas com Deficiência Visual, suas dificuldades e desafios".
Resultado: Realizada.

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE TRIBUTAÇÃO MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (PLP 341/17)

Audiência Pública – Tema: "Debate sobre o Projeto de Lei Complementar nº 341, de 2017, e sua importância para as Micro e Pequenas Empresas, mais especificamente sobre a simplificação do ambiente empreendedor".
Resultado: Realizada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA – CCJC

PL 3329/15, do senador Rodrigo Rollemberg, que "Institui a Política Nacional de Tecnologia Social".
Relator: deputado Fábio Mitidieri.
Parecer: pela aprovação da redação final.
Resultado: Aprovado a redação final. A matéria segue para apreciação do Senado Federal.

PEC 181/12, do deputado Irajá Abreu, que "Estabelece regime de cobrança unificada dos tributos sobre a renda, o consumo e a folha de pagamentos, e dá outras providências".
Relator: deputado Rogério Rosso.
Parecer: pela admissibilidade.
Concedida vista conjunta aos deputados Elizeu Dionizio, Marcos Rogério e Patrus Ananias, em 15/08/2017.
Resultado: Não deliberado.

PL 3163/15, do deputado Danilo Forte, que "Define como crime a corrupção praticada no âmbito do setor privado, e dá outras providências" (torna crime a prática de corrupção no âmbito do setor privado quando cometida no curso de atividades econômicas, financeiras ou comerciais).

Apensados: PL 3438/15 e PL 6122/16.

Relator: deputado Tadeu Alencar.

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, do PL 3438/15 e do PL 6122/16, apensados, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

PL 90/15, do deputado Adail Carneiro, que "Altera o art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências".

Relator: deputado Maia Filho.

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda.

Resultado: Aprovado o parecer. Após aprovação da redação final, a matéria segue para apreciação do Senado Federal.

PL 4520/16, do deputado William Woo, que "Altera a Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que trata da concessão de assistência judiciária aos necessitados, fazendo incluir entre os beneficiários desta Lei as pessoas jurídicas individuais ou Microempresários (ME) e os Microempreendedores Individuais (MEI)".

Relatora: deputada Gorete Pereira.

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

COMISSÃO MISTA ESPECIAL SOBRE A LEI KANDIR – CME

Audiência Pública – Tema: "Instruir a matéria".

Resultado: Realizada.

CFFC – SUBCOMISSÃO ESPECIAL DE TELEFONIA, BANDA LARGA E AFINS – SUBTEBAN

Pauta: Instalação dos trabalhos, eleição do presidente e indicação do relator.

Resultado: Reunião cancelada.

Quarta-feira (20/09)

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – CDC

REQ 186/17, do deputado Aureo, que "requer a realização de Audiência Pública para discutir qualidade da internet banda larga e os novos parâmetros para introdução da tecnologia 5G no Brasil".

Resultado: Não deliberado.

PL 2275/15, do deputado Walter Alves, que "Altera o art. 10 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para impor, fornecedor de produtos ou serviços que efetuar "recall", multa equivalente a duas vezes o valor das peças substituídas e serviços realizados".

Relator: deputado Marco Tebaldi.

Parecer: pela rejeição.

Resultado: Concedida vista ao deputado Severino Ninho.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS – CDEICS

PL 1523/15, do deputado Eli Corrêa Filho, que "Altera o art. 980-A da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), que trata da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI)".

Relator: deputado Adail Carneiro.

Parecer: pela aprovação deste, na forma do substitutivo, e pela rejeição da Emenda 1/2015 da CDEICS.

Resultado: Retirado de pauta.

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES – CVT

PL 3743/15, do deputado João Daniel, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas do serviço de transporte coletivo disponibilizarem em seus carros, metrô e trens, aparelhos sistema de Wi-Fi". Item nº 7.

Apensado: PL 4761/16.

Relator: deputado Wilson Beserra.

Parecer: pela aprovação deste, e do PL 4761/2016, apensado, com substitutivo.

O deputado Laudívio Carvalho apresentou voto em separado em 04/04/2017.

Resultado: Retirado de pauta a requerimento do deputado Mauro Lopes.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCTCI

REQ 243/17, do deputado Marcos Soares, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater o potencial tecnológico do grafeno e suas aplicações".

Resultado: Aprovado.

PL 6989/17, do deputado Odorico Monteiro, que "Altera o Marco Civil da Internet, Lei no 12.965, de 23 de abril de 2014, para incluir procedimento de retirada de conteúdos que induzam, instiguem ou auxiliem a suicídio de aplicações de internet".

Apensados: PL 7170/17, PL 7047/17 (Apensados: PL 7430/17 (Apensados: PL 7506/17 e PL 7538/17) e PL 7441/17), PL 7458/17, PL 7460/17 e PL 7917/17)

Relator: deputado Junior Marreca.

Parecer: pela aprovação deste, do PL 7047/17, do PL 7170/17, do PL 7458/17, do PL 7460/17, do PL 7917/17, do PL 7430/17, do PL 7441/17, do PL 7506/2017, e do PL 7538/2017, apensados, com substitutivo.

O deputado Wladimir Costa apresentou voto em separado pela aprovação do PL 7430/2017 e rejeição dos demais projetos apensados em 12/07/17.

Resultado: Aprovado o parecer. A matéria segue para apreciação da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO – CFT

REQ 363/17, do deputado João Gualberto, que "Solicita à presidência da Comissão que sejam enviados requerimentos de prestação de Informações às Entidades Componentes do Chamado "Sistema S"".

Informações a serem solicitadas:

- O montante total de recursos recebido por cada uma dessas entidades no ano de 2016;
- A discriminação da origem de todos os recursos recebidos por cada uma destas entidades no referido período de 2016; e
- O detalhamento sobre a aplicação de todos os recursos recebidos por estas entidades, no período de 2016.

Resultado: Não deliberado.

PLP 420/14, do deputado Pedro Eugênio, que "Altera a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, de forma garantir o crédito correspondente da substituição tributária que grave o Microempreendedor Individual - MEI ou o contribuinte optante do Simples Nacional" (substituição Tributária do ICMS).

Apensado: PLP 449/14.

Relator: deputado Aluisio Mendes.

Parecer: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei Complementar 420/2014 e do PLP 449/2014, apensando; e, no mérito, pela aprovação do PLP 420/2014, e do PLP 449/2014, apensado, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

PL 6097/05, do deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que "estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências", para instituir desonerações fiscais" (cria incentivos fiscais para a produção de equipamentos e aparelhos destinados às pessoas portadoras de deficiência).

Apensados: PL 6180/05 e PL 2399/07

Relator: deputado Enio Verri.

Parecer: pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL 6097/2005, dos PL's 6180/2005 e 2399/2007, apensados, da Emenda da CSSF e da Emenda da CDEICS.

Resultado: Não deliberado.

PL 1793/11, do deputado Danilo Forte, que "Altera o § 2º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993, a fim de disciplinar a forma de publicação do registro de preços no âmbito da Administração Pública".

Relator: deputado Eduardo Cury.

Parecer: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com emenda.

Resultado: Não deliberado.

CFFC – SUBCOMISSÃO CONTRATOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE / Pauta publicada após a Agenda.

Pauta: Instalação dos trabalhos, eleição do presidente e do vice e escolha do relator.

Resultado: Foram eleitos presidente e vice-presidente da subcomissão, respectivamente, os deputados Nilton Capixaba e Hugo Motta, bem como designado relator o deputado Wilson Filho.

COMISSÃO ESPECIAL DO MARCO REGULATÓRIO DA ECONOMIA COLABORATIVA

Pauta: Eleição dos cargos de 1º, 2º e 3º Vice-Presidentes; Definição do Roteiro de Trabalho; e Deliberação de requerimentos.

Resultado: Cancelada.

SENADO FEDERAL

Quarta-feira (20/09)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA – CI

Audiência Pública – Tema: "Instruir a votação dos Projetos de Lei do Senado nºs 726 e 530, de 2015 e o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2017, apensados, que regulamentam o transporte individual privado de passageiros".

Resultado: Realizada.